

Reescrevendo a história

Nos mais tenebrosos anos do regime soviético, sob Stalin, reescrevia-se a cada ano a história daquele país, a fim de dar conta da queda da popularidade (ou do desaparecimento) dos vultos que figuravam na lista dos heróis da Revolução. Não se esperaria que o atual governo brasileiro, no afã de demonstrar sua eficiência, pudesse chegar a imitar esse exemplo. Não se pode deixar de notar, entretanto, que, pelo menos, tomam a iniciativa de "reescrever" os índices referentes à taxa de inflação... Agora, porém, a capacidade historiográfica do governo se exerce sobre o déficit público: é preciso demonstrar que, graças ao Plano Cruzado, o déficit público foi reduzido.

No final de maio, quando reuniu, em Carajás, sua equipe econômica, o presidente José Sarney ficou surpreso com o fato de, apesar do Plano Cruzado, os economistas do governo anunciarem o estouro do déficit, que, em 28 de fevereiro, se dizia ter sido eliminado graças à extinção do regime de indexação. Com efeito, o déficit operacional (excluídas as correções monetária e cambial) havia sido de 1,6% do PIB em 1984 e de 3,5% em 1985, esperando-se que chegasse a 6,5% em 1986, apesar do Plano Cruzado. No curso do ano, a preocupação do governo foi reduzir esse defi-

cit, que atestava cabalmente sua ineficiência. Parece, todavia, que não conseguiu fazê-lo, apesar das receitas extraordinárias e muito provisórias (tipo "empréstimo" compulsório) que angariou, e o déficit deverá ficar entre 4,5 e 5%.

Sem vacilar, o governo decidiu modificar o conceito de déficit público, a fim de mostrar que, em 1986, graças ao Plano Cruzado, o déficit operacional foi menor do que em 1984. Evidentemente, servindo-se de computadores, se entregou a diversos exercícios, empenhado em chegar ao resultado desejado. Segundo a nova fórmula, será possível, provavelmente, reduzir o déficit, em 1986, a 2,5% do PIB, assim como o "déficit real", recalculado, ficou em 2,7% em 1984 e em 4,3% em 1985. Deste modo, atesta-se a eficácia do Plano Cruzado. Para chegar-se a este resultado foi necessário fazer uma ginástica muito complicada.

Em primeiro lugar, foi considerado como despesas do Banco Central o pagamento dos juros sobre recursos externos depositados no Instituto de emissão. Aparentemente, essa mudança foi acertada, pois esse pagamento corresponde a despesas verdadeiras. Acontece que, em 1984, esses depósitos (inclusive as reservas) eram elevados, mas não neste

exercício. De acordo com esta concepção do déficit, o que é favorável ao País (o aumento das reservas) se torna negativo, pois reservas geram despesas. É bom qualificar as coisas. Ao mesmo tempo, o governo poderá, com essa mudança, justificar o déficit de 1985 (que, com as modificações, aumenta) pelo fato de ter havido grande atraso nas operações de *relending*, ficando a cargo do Banco Central a remuneração desses depósitos em divisas.

O governo agora passa a considerar como recursos os depósitos das empresas estatais no Exterior. Não estamos em condições de dizer se esses depósitos são hoje maiores do que em 1984, mas certamente essa inovação ajuda o governo a reduzir seu déficit.

O governo enfrentava um problema complicado devido à eliminação da indexação e à inflação reduzida. Agora, resolveu-o. Quanto às letras do Tesouro Nacional e às letras do Banco Central, conta como despesas somente os juros reais (não os nominais), deflacionando a taxa de juros pelo IPC, isto é, restabelecendo, "para fins estatísticos", a correção monetária. No tocante às OTN, deparava um problema mais delicado, posto que o valor das mesmas foi congelado até março do próximo ano. Mas,

a fim de reduzir o déficit operacional, a solução que encontrou consiste em calcular uma correção *pro rata* em função do reajustamento das OTN em março, que, naturalmente, irá fixar sem fornecer explicações... Se tivesse adotado o mesmo princípio para os repasses do BNH, teria obtido o resultado inverso. Neste caso, porém, eliminou a correção monetária *pro rata*, isto é, adiou a despesa para o ano vindouro.

Parece, todavia, que nem assim conseguiu tornar o déficit inferior ao de 1984, embora se tenha aproveitado de receitas temporárias como os recursos provenientes do "empréstimo" compulsório de julho. Por isso, protelou despesas, orçadas em 60 bilhões de cruzados, para o próximo ano. *Et le tour est joué...*

Com estes passes de mágica, o atual governo expõe-se ao risco de se arvorar em aprendiz de feiticeiro, como ocorreu no caso da manipulação dos índices do custo de vida: as mudanças feitas voltaram-se contra si mesmo alguns meses depois. As mudanças agora efetuadas no conceito de déficit público provavelmente aumentarão o déficit de amanhã. Mas, então, será possível mudar o conceito mais uma vez, como se fez com o índice de preços.